

Sumário

Apresentação.....	VII
Prefácio.....	IX
Introdução.....	1
1 O Surgimento e o Conceito das Garantias Processuais	
Penais no Mundo.....	5
1.1 O surgimento das garantias processuais penais internacionais	5
1.2 Conceito das garantias processuais no mundo	1 8
2 O Surgimento e o Conceito do Direito ao Tempo e	
Meio Adequados para Preparar a Defesa.....	31
2.1 O surgimento do direito ao tempo e meio necessários à preparação da defesa.....	31
2.1.1 Brasil	37
2.1.2 Argentina.....	39
2.1.3 Bolívia.....	39
2.1.4 Chile	40
2.1.5 Colômbia	40
2.1.6 Porto Rico.....	40
2.1.7 Venezuela	41
2.1.8 Peru.....	41
2.1.9 Costa Rica.....	42
2.1.10 Equador	42
2.1.11 El Salvador	42
2.1.12 Guatemala.....	43
2.1.13 Honduras	44
	XV

2.1.14 Haiti	44
2.1.15 México	44
2.1.16 Nicarágua	45
2.1.17 Panamá.....	45
2.1.18 Paraguai.....	46
2.1.19 República Dominicana.....	47
2.1.20 Uruguai	47
2.1.21 Países que não ratificaram o pacto San Jose da Costa Rica:	48
2.2 Conceito do direito ao tempo e meio adequados à preparação da defesa.....	50
2.3 Tempo adequado ao exercício da defesa	53
3 Violação da Garantia ao Tempo e Meio Necessários à Preparação da Defesa no Brasil, pela Reforma Processual Ocorrida em 2008 - Artigo 403 do Código de Processo Penal do Brasil	59
3.1 Evolução histórica do processo penal no Brasil quanto à garantia ao tempo de defesa	60
3.2 A alteração legislativa ocorrida em 2008	62
3.3 A audiência una de instrução e julgamento	70
3.4 Projetos de lei para alteração do código de processo penal	83
3.5 Lei nº 8.038/90 – Ação penal originária.....	87
4 A Previsão Legal Acerca da Garantia ao Tempo e Meio Necessários a uma Defesa Adequada e sua Aplicação Prática	91
4.1 Argentina	92
4.2 Bolívia	94
4.3 Chile.....	97
4.4 Colômbia	98

4.5 Porto Rico.....	99
4.6 Venezuela	99
4.7 Peru.....	101
4.8 Costa Rica	102
4.9 Equador	103
4.10 El Salvador	104
4.11 Guatemala.....	105
4.12 Honduras	105
4.13 México	106
4.14 Nicarágua.....	107
4.15 Panamá	108
4.16 Paraguai	109
4.17 República Dominicana.....	110
4.18 Uruguai	111
4.2 Existência de um padrão na maior parte dos países das Américas	112
4.2.1 Audiência única.....	117
4.2.2 Ausência de tempo mínimo para as alegações finais.....	118
4.3 Controle de convencionalidade ante a violação ao tempo e meios necessários a preparação da defesa	120
5 Conclusão.....	127
Bibliografia	129